100 razões

AS 100 PRINCIPAIS RAZÕES PARA #StopTheTreaty, #StopTheAmendments e #ExitTheWHO. A tentativa de POWER GRAB da Organização Mundial da Saúde deve ser interrompida. Por favor, ajude a espalhar a palavra.

Os 100 principais motivos para: #StopTheTreaty #StopTheAmendment #ExitTheWho

Este artigo é uma análise profunda e muito séria do proposto "Tratado Pandêmico" e das emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional.

Por favor, compartilhe este artigo com todos que puder.

Eu sei que este artigo é longo. Aqui está a versão curta:

A Organização Mundial da Saúde está tentando um GLOBAL POWER GRAB, buscando que os 194 países membros da Assembleia Mundial da Saúde adotem emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, bem como adotem um acordo internacional completamente novo, comumente referido como o proposto "Tratado Pandêmico". .

As emendas propostas tornariam as proclamações da OMS juridicamente vinculativas, em vez de apenas recomendações consultivas. As mudanças instituiriam certificados globais de saúde digital, aumentariam drasticamente os bilhões de dólares disponíveis para a OMS e permitiriam que as nações implementassem os regulamentos ***SEM respeitar a dignidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas.***

O acordo por maioria simples dos 194 países membros é tudo o que é necessário para adotar as emendas porque, como emendas a um acordo existente, nem o conselho e consentimento do Senado dos Estados Unidos, nem a assinatura do presidente seriam necessários.

Essas emendas estão sendo negociadas em segredo, sem qualquer oportunidade de comentários de pessoas de todo o mundo.

Nós, as pessoas do mundo,
NÃO reconhece a Organização Mundial da Saúde
como algo que não seja um órgão consultivo,
sem qualquer poder para impor
as recomendações que eles fazem.

Em todos os assuntos,
nós, as pessoas, formamos toda a sociedade e
nós somos os mestres de todo o governo.

Reivindicamos nosso direito de privacidade,
soberania individual em todos os assuntos,
e ceda essa autoridade somente a Deus, nosso Criador.

Nós, as pessoas do mundo,
somos responsáveis pela nossa própria saúde e
NÃO RESPONDEMOS AO QUEM .

Abaixo você encontrará os documentos de origem para o "Tratado Pandêmico" proposto e as emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional.

Assista ao vídeo ou ouça o áudio e acompanhe a transcrição abaixo, que detalha as cem principais razões pelas quais nós, as pessoas do mundo, precisamos:

 # StopTheTreaty

 # StopTheAmendments e

 # ExitTheWHO

FONTES:

CLIQUE AQUI para baixar o "Rascunho Zero Conceitual" do "Tratado Pandêmico" proposto.

CLIQUE AQUI para baixar as emendas propostas ao RSI (46 páginas)

CLIQUE AQUI para baixar as emendas propostas (submissões originais das nações - 197 páginas)

CLIQUE AQUI para baixar o Regulamento Sanitário Internacional existente (84 páginas)

TRANSCRIÇÃO:

Encorajo absolutamente todos a copiar esta gravação (e artigo) e recarregá-la na plataforma de sua escolha. Espalhe-o amplamente para que todos que você

conhece tenham a oportunidade de tomar conhecimento do que a OMS está tentando fazer.

Se você tiver a capacidade de traduzir isso para outros idiomas ou legendar, esse esforço será muito apreciado.

O que se segue são 100 das muitas razões pelas quais devemos interromper o proposto “Tratado Pandêmico”, devemos interromper as emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional, todas as nações do mundo devem #ExitTheOMS.

TODOS NA TERRA devem estar cientes de que a Organização Mundial da Saúde está tentando um golpe global. POR FAVOR, compartilhe este artigo com todos que você conhece e sinta-se à vontade para entrar em contato diretamente comigo a qualquer momento se tiver alguma dúvida ou quiser ajudar de uma forma mais substancial. Meu nome é James Roguski e você pode entrar em contato comigo pelo telefone 310-619-3055 por telefone, mensagem de texto, Signal, WhatsApp ou Telegram.

A OMS está atualmente supervisionando as negociações destinadas a convencer seus 194 países membros a adotar emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, bem como a adotar um “Tratado Pandêmico” juridicamente vinculativo.

As pessoas por trás dessas negociações estão empenhadas em criar uma ditadura totalitária projetada para escravizar todos os seres humanos dentro de uma prisão digital forrada com certificados de saúde e vigilância contínua.

Esses acordos, se adotados, entregariam a soberania relacionada à saúde à OMS, que então, em suas próprias palavras, poderia implementar os regulamentos SEM respeitar a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

É melhor vocês acordarem, e é melhor acordarem agora. Precisamos trabalhar juntos para

StopTheTreaty

StopTheAmendments

ExitTheWHO

Vou dividir essas 100 razões em sete categorias:

PARTE I: Dez coisas que todos precisam saber sobre o "Tratado Pandêmico" proposto pela Organização Mundial da Saúde. (1-10)

PARTE II: As alterações propostas visariam eliminar 3 aspectos muito importantes dos regulamentos existentes. (11-13)

PARTE III: As emendas propostas a implementariam um grande número de mudanças com as quais todos deveriam discordar absolutamente. (14-50)

PARTE IV: Existem flagrantes contradições e falhas nas emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional. (51-60)

PARTE V: As emendas propostas estão absolutamente ignorando muitas das coisas que realmente precisam ser tratadas. (61-80)

PARTE VI: As emendas propostas atropelariam nossos direitos e restringiriam nossas liberdades. (81-90)

PARTE VII: As dez principais razões pelas quais todas as nações da Terra devem #ExitTheWHO (91-100)

O primeiro e mais importante ponto que gostaria de destacar é que estou prestes a discutir duas coisas muito diferentes. Primeiro, falarei brevemente sobre o

proposto “Tratado Pandêmico”. Mais pessoas parecem estar cientes do chamado “Tratado da Pandemia”, mas, embora eu o veja como uma questão importante, acredito que também esteja funcionando como uma isca projetada para distrair as pessoas do muito maior e mais ameaça imediata aos nossos direitos e liberdades, que são as emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional.

StopTheTreaty

PARTE I: Dez coisas que todos precisam saber sobre o “Tratado Pandêmico” proposto pela Organização Mundial da Saúde.

---

1. Expandir drasticamente o papel da OMS

O proposto “Tratado Pandêmico” é a tentativa da Organização Mundial da Saúde de convencer os 194 países membros a concordar em entregar sua soberania nacional à OMS por meio de uma convenção-quadro juridicamente vinculativa que entregaria uma enorme autoridade adicional juridicamente vinculativa à OMS.

A OMS publicou um documento de 32 páginas que eles chamam de “Rascunho Zero Conceitual” e nas páginas 10, 13 e 22 a OMS deixa bem claro que o objetivo do documento é reconhecer o papel central da OMS na prevenção, preparação, resposta e recuperação de futuras pandemias. Eles querem ser a autoridade diretora e coordenadora da saúde global e da governança global de todos os sistemas de saúde.

Claramente, as ações da OMS apontam para o fato de que não estão voltadas para a saúde das pessoas. Em vez disso, eles estão focados em canalizar bilhões de dólares para a construção de sistemas de saúde. Seu verdadeiro propósito é

ajudar a financiar e construir o Complexo Industrial Farmacêutico, Hospitalar e de Emergência (PHEIC), redirecionando fundos via capitalismo de compadrio para corporações que lucram com as declarações de Emergências de Saúde Pública de Interesse Internacional e o medo que naturalmente segue tal emergência declarações.

---

2. Criando uma burocracia totalmente nova (COP)

Para facilitar o crescimento do Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar (PHEIC), a OMS criaria uma burocracia totalmente nova, conforme definido no Artigo 19 do Projeto Zero Conceitual do proposto "Tratado Pandêmico". Criaria um corpo diretivo formado por uma Conferência das Partes (COP), muito semelhante ao sistema que tem regido a discussão sobre as mudanças climáticas. Somente as nações que assinam e adotam o tratado se tornariam membros da Conferência das Partes. Eles seriam dirigidos pelos Oficiais dos Partidos, que incluiriam dois presidentes e quatro vice-presidentes. Haveria também uma Conferência Ampliada das Partes (E-COP) que incluiria "partes interessadas relevantes", como as Fundações Bill e Melinda Gates e outras, desde que fossem aprovadas por uma maioria de 2/3 da Conferência do Partidos.

---

3. A OMS está buscando dezenas de bilhões de dólares

Essa já enorme burocracia busca ter um orçamento anual muitas vezes maior que todo o orçamento atual da OMS. Embora a Conferência das Partes associada ao "Tratado Pandêmico" proposto fosse vinculada à OMS, ela também atuaria independentemente dela.

O Artigo 18 da Minuta Zero Conceitual do proposto "Tratado Pandêmico" discute o desejo de financiamento sustentável e previsível. Eles buscam a colaboração entre os setores de saúde, financeiro e privado e também querem

estabelecer novos mecanismos internacionais para garantir uma fonte estável de financiamento nos níveis global, regional e nacional.

Uma das coisas que falta absolutamente no “Tratado Pandêmico” proposto é qualquer discussão sobre os meios pelos quais as decisões seriam tomadas sobre como todos esses bilhões de dólares seriam gastos. Seria essencialmente uma enorme loja de doces através da qual os burocratas da OMS controlariam os meios de produção do Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar.

---

4. Expansão da Censura

O Artigo 16 do Projeto Zero Conceitual criaria essencialmente um Ministério da Verdade que daria à OMS o poder de estudar as barreiras comportamentais e os impulsionadores da adesão às medidas de saúde pública. A OMS teria o poder de analisar as mídias sociais para identificar desinformação e desinformação, a fim de combatê-la com sua própria propaganda. Eles querem bilhões de dólares para permitir que eles reprimam a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão porque sabem que suas recomendações e diretrizes não podem resistir ao verdadeiro teste da investigação científica e não querem que nenhum de seus ditames seja criticado por comentário público.

---

5. Acelerar a Aprovação de Medicamentos e Injeções

No Artigo 7(2)(b) fica muito claro que eles querem que órgãos reguladores em nações ao redor do mundo acelerem a velocidade com que novos medicamentos e injetáveis são autorizados e aprovados. Como se não bastasse o desastre causado pela rápida autorização das injeções de COVID-19, eles buscam acelerar drasticamente o processo pelo qual os produtos são autorizados e colocados no mercado.

---

6. Suporte para pesquisa de ganho de função

Em vez de proibir o que pode muito bem ser a maior ameaça à sobrevivência da humanidade no planeta Terra, o Artigo 8 do Projeto Zero Conceitual realmente procura garantir que nenhuma das medidas apresentadas crie obstáculos administrativos desnecessários para o ganho de função pesquisa. Precisamos banir completa e totalmente a pesquisa de ganho de função imediatamente, não protegê-la de "obstáculos administrativos desnecessários".

---

7. Mais e mais exercícios de mesa (simulações)

O Artigo 12 do Projeto Zero Conceitual exige um aumento no financiamento para o que é conhecido como exercícios de mesa ou simulações, bem como a Agenda 201 ou a simulação mais recente que pode ser encontrada em CatastrophicContagion.com . A OMS quer que as nações ao redor do mundo gastem bilhões de dólares em jogos de guerra biológica, em vez de gastar esse dinheiro de maneiras que realmente melhorem a saúde da população em geral.

---

8. Buscando a Implementação do Conceito de Saúde Única

O Artigo 17 do Projeto Zero Conceitual implementaria um sistema complexo conhecido como One-Health, no qual o controle sobre a saúde humana, a saúde dos animais de estimação, a saúde dos animais domesticados, dos animais de fazenda e dos animais selvagens e a saúde das plantas agrícolas e a saúde geral do ambiente natural seriam rigorosamente controlado. Em suma, eles querem ter controle sobre todos os aspectos da vida de todos.

---

9. Abordagem de todo o governo, toda a sociedade

A abordagem de todo o governo e toda a sociedade daria autoridade a todas as agências do governo e a todas as organizações não-governamentais para se

envolverem no controle de todos os aspectos da vida de todos. Seu objetivo de longo prazo é o controle ditatorial totalitário completo sobre todos os aspectos da vida no planeta.

---

10. Sistema de Revisão Global para Supervisionar os Sistemas de Saúde

No Artigo 12 e no Artigo 20 do Projeto Zero Conceitual do "Tratado Pandêmico" proposto, eles pedem um Mecanismo de Revisão Global pelo qual a OMS iria ativamente meter o nariz na maneira pela qual nações soberanas individuais apóiam e estruturam seus sistemas de saúde pública . Os mecanismos de supervisão do Artigo 20 falham em definir claramente as métricas e outros critérios pelos quais qualquer revisão de conformidade seria baseada. Esses detalhes seriam deixados para serem decididos na primeira reunião da Conferência das Partes, que ocorreria muito depois de o proposto "Tratado Pandêmico" já ter sido adotado, ratificado e entrado em vigor. Isso incluiria a capacidade de monitorar o progresso da nação no cumprimento do tratado e exigiria a apresentação de relatórios e revisões periódicas para sugerir remédios e ações, bem como aconselhamento e assistência. Embora não mencione especificamente as sanções econômicas, também não as exclui.

Os itens acima são apenas dez razões pelas quais nós, o povo do mundo, devemos #StopTheTreaty.

Agora vou discutir as emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional. Embora o "Tratado Pandêmico" proposto seja muito preocupante e muito importante de se prestar atenção, sinceramente sinto que as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional são uma ameaça muito mais imediata e direta à soberania de todas as nações e aos direitos e liberdades de todos pessoa na terra.

StopTheAmendments

PARTE II: As emendas propostas visariam eliminar alguns aspectos muito importantes das regulamentações existentes.

---

11. Retirar o respeito pela dignidade, direitos humanos e liberdades fundamentais.

A emenda proposta mais flagrante, flagrante e repugnante é para o primeiro parágrafo do Artigo 3 nos Regulamentos existentes, que descreve os princípios fundamentais do Regulamento Sanitário Internacional. A versão atual do RSI defende os direitos inalienáveis de Nós, o Povo. Atualmente, afirma que os regulamentos devem ser implementados [~~com pleno respeito pela dignidade, direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas~~], mas a alteração proposta eliminaria essas 13 palavras de importância vital. A proposta apresentada pela delegação da Índia substituiria essas palavras com foco na transferência de riqueza e substituiria os direitos individuais pela inclusão. Isso é um ataque direto aos direitos e liberdades de todo ser humano. Este é um ataque direto à própria humanidade. (Página 3)

---

12. De “não vinculativo” a “juridicamente vinculativo”.

As emendas propostas procurariam remover as palavras “não vinculativas” das definições de recomendações temporárias e permanentes feitas pela Organização Mundial da Saúde. Quando associado ao Artigo 42, (a Implementação de Medidas de Saúde), que diz: “As medidas de saúde, incluindo as recomendações feitas nos Artigos 15 e 16, serão iniciadas e concluídas sem demora por todos os Estados Partes.” Isso transforma o papel consultivo da OMS em uma ditadura totalitária. As declarações feitas pela OMS

são atualmente recomendações, NÃO são comandos para as pessoas da terra. (Página 2)

---

13. As nações devem, devem, são obrigadas e têm o dever de colaborar e auxiliar outras nações

Em um ataque direto à soberania nacional, as emendas propostas ao Artigo 43 declaram que "As recomendações feitas de acordo com… este Artigo devem ser implementadas… sobre o pedido de [qualquer] reconsideração será final.

Essencialmente, o Comitê de Emergência da OMS teria o poder de anular ações tomadas por nações soberanas. (Páginas 21-22)

Embora as emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional busquem remover alguns direitos e liberdades muito importantes, a grande maioria do documento busca adicionar uma nova linguagem, dando nova autoridade à OMS.

PARTE III: As emendas propostas a implementariam um grande número de mudanças com as quais todos deveriam discordar absolutamente.

Agora, vamos nos voltar para as muitas, muitas coisas que essas emendas propostas acrescentariam ao Regulamento Sanitário Internacional.

14. Drogas e Jabs = Saúde

No Artigo 1, a definição de “produtos de saúde” não inclui exatamente as coisas que demonstraram ser eficazes em estudos clínicos duplo-cegos, controlados por placebo, que foram ignorados pelo mundo.

As definições não incluem vitaminas, minerais, ervas e outros nutrientes benéficos que provaram ser extremamente benéficos e verdadeiramente seguros. Em vez de usar produtos realmente seguros e eficazes, a OMS pretende redirecionar bilhões de dólares para o Hospital Farmacêutico, Complexo Industrial de Emergência para medicamentos e injeções que não são comprovadamente seguros e só são eficazes para aumentar o risco de serem diagnosticados com as próprias doenças contra as quais esses produtos supostamente protegem as pessoas. (Página 2)

---

15. Escopo expandido

As emendas propostas ao Artigo 2 expandiriam dramaticamente o escopo do Regulamento Sanitário Internacional de lidar com riscos reais para lidar com qualquer coisa que tivesse o potencial de ser um risco para a saúde pública. Esta emenda abriria as portas para abusos maciços além de qualquer coisa que vimos nos últimos 3 anos. (Página 3)

---

16. Proteger os sistemas de saúde em vez das pessoas

Na emenda proposta ao novo segundo parágrafo (bis) do Artigo 3, o foco da OMS é sutilmente desviado da saúde de pessoas reais e seria orientado a dar preferência primária à resiliência dos sistemas de saúde. Não precisamos nos concentrar na saúde de nossos sistemas de saúde tanto quanto precisamos nos concentrar na saúde das PESSOAS. Nossas unidades de saúde não são mais um lugar onde as pessoas que sofrem de doenças vão para recuperar a saúde. Nossas instalações de saúde tornaram-se campos de morte a serem temidos. (Página 3)

---

17. Responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades

Nas emendas propostas às Partes 1 e 2 do Artigo 3, o uso repetido da frase "responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades" é usado para mascarar o que é inerentemente discriminatório, racista, sexista e tratamento desigual de pessoas em todo o mundo sob o disfarce de "equidade e inclusão". Observe que a frase "responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades" NÃO está definida no Artigo 1. (Página 3)

---

18. Toda Autoridade Nacional Competente Poderosa

As emendas propostas ao Artigo 4 procurariam estabelecer uma Autoridade Nacional Competente que receberia grande poder para implementar as obrigações sob estes regulamentos, embora não tivesse absolutamente nenhuma responsabilidade por qualquer dano causado por qualquer uma de suas ações oficiais. Isso sem precedentes. (Páginas 4-5)

---

19. Obrigação das Nações Desenvolvidos de Prestar Assistência às Nações em Desenvolvimento

Embora o documento existente não esclareça quais países são considerados em qual lista, tanto no Artigo 5 quanto no Anexo 1, as emendas propostas obrigariam claramente as "nações desenvolvidas" a ajudar as "nações em desenvolvimento" a desenvolver sua capacidade de detectar, avaliar e notificar a OMS sobre surtos infecciosos patogênicos. (Páginas 4 e 31)

---

20. Perda de Soberania

SE as emendas propostas aos Artigos 9, 10 e 12 forem adotadas, a OMS não precisará mais consultar qualquer nação soberana na qual um evento possa ou

não estar ocorrendo dentro dessa nação antes de declarar que há uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEIC) dentro das fronteiras dessa nação. (Páginas 6-10)

---

21. Alerta Intermediário de Saúde Pública

As emendas propostas ao Artigo 12 também permitiriam ao Diretor Geral da OMS declarar um Alerta Intermediário de Saúde Pública. (Páginas 8-10)

---

22. Alerta Mundial e Aviso de Resposta

As emendas propostas ao Artigo 12 também permitiriam ao Diretor Geral da OMS declarar um Alerta Mundial e Aviso de Resposta. (Página 10)

---

23. Emergência de Saúde Pública de Interesse Regional (PHERC)

Além disso, as emendas propostas ao Artigo 12 também permitiriam que os Diretores Regionais da OMS declarassem uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Regional (PHERC). (Páginas 8-10)

---

24. A OMS seria colocada em uma posição de autoridade global

As emendas propostas buscam criar um novo Artigo 13A que faria com que a comunidade mundial reconhecesse a Organização Mundial da Saúde como autoridade de orientação e coordenação durante emergências internacionais. (Páginas 12-14)

---

25. Plano de Alocação da OMS

O novo Artigo 13A proposto também capacitaria a OMS a elaborar um “Plano de Alocação” para obrigar a fabricação, doação e distribuição de vários produtos de resposta à pandemia. Se essas emendas fossem adotadas, a OMS seria efetivamente colocada no controle dos meios de produção de todas e quaisquer nações do mundo. A pedido da OMS, as nações anteriormente soberanas seriam obrigadas a garantir que os fabricantes dentro de suas fronteiras aumentassem a produção e doassem seus produtos conforme as instruções da OMS. (Páginas 12-15 e página 21)

---

26. Eventos que são apenas potencialmente perigosos podem ser declarados emergências

As emendas propostas ao Artigo 15 dariam poderes à OMS para declarar emergências e fazer recomendações ou comandos juridicamente vinculativos com base em situações que meramente tivessem o potencial de causar Emergências de Saúde Pública de Interesse Internacional. (Página 14)

---

27. A OMS pode ter poderes para impor políticas durante emergências

O Artigo 18 existente lista uma série de “recomendações” que a OMS poderia fazer, mas, se as emendas propostas forem adotadas, essas recomendações não vinculativas não seriam mais apenas sugestões, mas seriam juridicamente vinculativas para os países membros. (Página 16)

1. Revise o histórico de viagens nas áreas afetadas;
2. **Revisar a prova do exame médico e qualquer análise laboratorial;**
3. **Exigir exames médicos;**
4. Revisar comprovante de vacinação ou outra profilaxia;
5. **Exigir vacinação ou outra profilaxia;**
6. **Colocar pessoas suspeitas sob observação de saúde pública;**

7. **Implementar quarentena ou outras medidas de saúde para pessoas suspeitas;**
8. **Implementar isolamento e tratamento, quando necessário, das pessoas afetadas;**
9. **Implementar o rastreamento de contatos de pessoas suspeitas ou afetadas;**
10. **Recusar a entrada de pessoas suspeitas e afetadas;**
11. **Recusar a entrada de pessoas não afetadas nas áreas afetadas; e**
12. Implementar triagem de saída e/ou restrições às pessoas afetadas áreas.
13. Revise o manifesto e o roteamento;
14. Implementar inspeções;
15. Revisar a prova de medidas tomadas na partida ou em trânsito para eliminar infecção ou contaminação;
16. Implementar o tratamento da bagagem, carga, contêineres, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais ou restos humanos para remover infecções ou contaminação, incluindo vetores e reservatórios;
17. O uso de medidas sanitárias específicas para garantir o manuseio seguro e transporte de restos humanos;
18. Implementar isolamento ou quarentena;
19. Apreensão e destruição de bagagem infectada ou contaminada ou suspeita, cargas, contêineres, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais sob controle condições se nenhum tratamento ou processo disponível for de outra forma bem-sucedido; e
20. **Recusar a saída ou entrada.**

---

28. Declaração de Saúde do Viajante

As emendas propostas ao Artigo 18 também buscam criar mecanismos para desenvolver e aplicar uma “Declaração de Saúde do Viajante” que exigiria informações pessoais sobre o itinerário da viagem, possíveis sintomas e quaisquer medidas de prevenção que foram cumpridas para facilitar o rastreamento de contatos. (Página 16)

29. “Profissionais de Saúde” Estrangeiros

As emendas propostas ao Artigo 18 também parecem tornar obrigatório que as nações permitam a entrada de “profissionais de saúde” estrangeiros em seus países. (Páginas 16-17)

---

30. Certificados Digitais de Saúde Global

As emendas propostas aos Artigos 18, 23, 24, 27, 28, 31, 35, 36 e 44, bem como as emendas propostas aos Anexos 6, 7 e 8, instituiriam um certificado de saúde digital global com backup em papel que exigiria que as pessoas mostrar um código QR para continuar a viver a sua vida como ser humano no planeta Terra, para viajar, para fazer compras, para fazer o que quer que isso possa ser usado para evitar. Ele estabeleceria um sistema de banco de dados de saúde digital interoperável e mundial que potencialmente permitiria que burocratas de todo o mundo estabelecessem requisitos para profilaxia, medicamentos, tratamento, injeções e só Deus sabe o que mais. Isso pode exigir que as pessoas se submetam a tratamentos de saúde que vão contra seu livre arbítrio, violando suas crenças religiosas profundamente arraigadas e seu direito de discordância informada apenas para permitir que participem da sociedade. (Múltiplas páginas)

---

31. Formulário Localizador de Passageiros

As emendas propostas ao Artigo 23 criariam um Formulário de Localizador de Passageiros que exigiria que as pessoas fornecessem seu itinerário de viagem e locais planejados para facilitar o rastreamento de contatos. (Página 18)

---

32. Autoridades competentes recebem comando sobre navios e aeronaves

As emendas propostas aos Artigos 27 e 28 permitiriam às chamadas “autoridades competentes” realmente comandar os capitães de navios e aeronaves para cumprir suas ordens. (Páginas 18-19)

---

33. Múltiplos Documentos de Saúde

As emendas propostas aos Artigos 35 e 36 expandiriam dramaticamente os documentos de saúde necessários para exigir certificados de testes, certificados de vacinas, certificados de profilaxia e certificados de recuperação. (Página 20)

---

34. "Recomendações" juridicamente vinculativas

As emendas propostas ao Artigo 42, conforme mencionado anteriormente, exigiriam que as nações implementassem as “recomendações” do Ditador Geral da Organização Mundial da Hipocrisia como se fossem ordens juridicamente vinculativas, não apenas recomendações. (Página 20)

---

35. Atingir o mais alto nível alcançável de proteção à saúde

As emendas propostas ao Artigo 43 parecem permitir e encorajar as nações a irem ao extremo absoluto em responder a qualquer chamada “emergência, esforçando-se para “alcançar o “nível mais alto possível de proteção à saúde”. Isso parece encorajar e apoiar ações que foram implementadas por algumas nações que empregaram bloqueios extremamente severos, restrições de viagens e políticas ZERO COVID. (Página 21)

---

36. A finalidade das decisões tomadas pelo Comitê de Emergência seria um ataque direto à soberania nacional

As emendas propostas ao Artigo 43 tornariam as decisões do Comitê de Emergência juridicamente vinculativas e definitivas. Eles procurariam negar as decisões tomadas por nações soberanas membros e limitar a liberdade das nações soberanas de promulgar legislação ou regulamentos que considerem apropriados, conforme declarado no Artigo 3, Seção 4. (Páginas 21-22)

---

37. Perda de privacidade em relação aos registros de saúde

As emendas propostas ao Artigo 44 facilitariam o acesso digital aos registros de saúde privados de todos. A perda do direito inalienável à privacidade em relação aos seus registros de saúde é algo que todo ser humano do planeta deve se opor. (Páginas 22-24)

---

38. Censura

As emendas propostas ao Artigo 44 também facilitariam a censura de quaisquer opiniões divergentes sob o pretexto de desinformação ou desinformação. (Página 23)

---

39. Interferência da OMS na elaboração da legislação

As emendas propostas ao Artigo 44 também envolveriam a Organização Mundial da Saúde na redação das leis que seriam promulgadas em várias nações para implementar esses regulamentos. (Página 23)

---

40. Dinheiro Ilimitado para o PHEIC

As emendas propostas ao Artigo 44A organizariam um financiamento massivo em nome do Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar sem absolutamente nenhuma estimativa ou limite nos custos propostos. (Página 25)

---

41. Regras de financiamento permanecerão indeterminadas por 24 meses

As emendas propostas ao Artigo 44A também estabelecem que os detalhes do mecanismo de financiamento NÃO seriam decididos até 24 meses após a adoção das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional. (Página 25)

---

42. Perda de privacidade de dados pessoais de saúde

As emendas propostas ao Artigo 45 tornariam aceitável o compartilhamento de dados privados e pessoais de saúde. Novamente, esta violação de nosso direito inalienável à privacidade em nossos registros pessoais de saúde não deve ocorrer. (Página 25)

---

43. Falta de transparência com o público em geral

As emendas propostas ao Artigo 49 não estipulam que os relatórios do Comitê de Emergência devem ser divulgados ao público em geral. Os relatórios do Comitê de Emergência devem ser disponibilizados ao público, especialmente as vozes dissidentes que possam discordar das recomendações. A emenda proposta ao Artigo 49 exige apenas que as informações sejam compartilhadas com os países membros, que poderiam então mantê-las em segredo do público em geral. A experiência pessoal provou que os membros das delegações da OMS são inacessíveis e se recusam a revelar tais comunicações, mesmo após inúmeras solicitações da Lei de Liberdade de Informação. (Páginas 26-27)

---

44. Comitê de Implementação e Mais Burocracia

As emendas propostas aos Artigos 53A e 54 bis estabeleceriam redundantemente um Comitê de Implementação ou colocariam a implementação das emendas propostas nas mãos da Assembléia Mundial da Saúde. Esse Comitê de Implementação apenas aumentaria a burocracia junto com o Comitê de Conformidade, o Comitê de Emergência, o Comitê de Revisão, o Comitê Especial e o Comitê Permanente de Saúde e Prevenção de Emergências, Preparação e Resposta. Gastar dinheiro com burocracia não melhora a saúde do público em geral. (Páginas 26-27)

---

45. Comitê de Conformidade

As alterações propostas ao artigo 53 bisquater criariam mais uma burocracia na forma de um Comitê de Cumprimento. Este comitê consistiria de pelo menos 36 pessoas (6 burocratas de cada uma das 6 regiões da OMS). O Comitê de Conformidade teria o poder de fazer recomendações às nações sobre como elas podem melhorar a conformidade com as capacidades essenciais exigidas pelas emendas ao Regulamento Sanitário Internacional. Este é mais um ataque à soberania das nações e às liberdades das pessoas. (Páginas 28-29)

---

46. Capacidades essenciais

As alterações propostas ao Anexo 1 são absolutamente maciças. Eles incluem sete (7) páginas inteiras de requisitos que cada país membro seria obrigado a implementar como mudanças nas “capacidades essenciais” do sistema de saúde pública de seu país. Essas mudanças também buscam impor requisitos em nível local ou comunitário, em nível intermediário de resposta à saúde pública, em nível de governança nacional de saúde, bem como em nível global. (Páginas 31-37)

---

47. Diretrizes de tratamento

As emendas propostas ao Anexo 1 procurariam reforçar a orientação clínica e as diretrizes de tratamento. A relação médico-paciente seria totalmente destruída. (Página 32)

---

48. Propaganda

As emendas propostas ao Anexo 1 também exigiriam a capacidade básica de "divulgação de informações" por meio de "mensagens apropriadas" e "gerenciamento de comunicações". Com qualquer outro nome, isso é propaganda que seria financiada por bilhões de dólares destinados à OMS. (Página 32)

---

49. Redes de Vigilância

As emendas propostas ao Anexo 1 estabeleceriam redes de vigilância dentro dos territórios dos países membros para "detectar rapidamente eventos de saúde pública". A definição de "evento de saúde pública" pode ser quase qualquer coisa que eles queiram que seja. (Página 32)

---

50. Obrigações do Dever de Cooperar

As emendas propostas buscam criar um Anexo 10 totalmente novo, que criaria "Obrigações do Dever de Cooperar" que exigiriam que as nações ajudassem quando solicitadas a construir infraestrutura em todo o mundo. E o mais preocupante, na última página das emendas propostas, está a exigência dos "Estados Partes Desenvolvidos" dos quais ainda não há uma lista de nações esclarecendo quais nações são consideradas desenvolvidas, para auxiliar na construção e manutenção de instalações nos pontos de entrada e para as

operações associadas à implementação do Regulamento Sanitário Internacional. (Página 46)

Para que diabos tais instalações poderiam ser planejadas para serem usadas?

PARTE IV: Existem flagrantes contradições e falhas nas emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional.

Além de uma série de contradições flagrantes, muitas questões estão faltando, esquecidas, negligenciadas ou propositadamente deixadas de fora das emendas propostas, bem como ausentes de todo o processo.

Nem o Grupo de Trabalho para considerar emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR) nem o Comitê de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (IHRRC) parecem ter a menor ideia sobre as muitas coisas com as quais nós, os povos do mundo, estamos realmente muito preocupados.

---

51. Falta de contribuição do público em geral

A grande maioria das pessoas do mundo não tem a menor ideia de que qualquer uma dessas negociações está acontecendo. Eles não tiveram nenhuma oportunidade de opinar ou contribuir nessas negociações secretas. Todas essas negociações estão sendo feitas sem qualquer forma de processo democrático ou comentário público. Aqueles de nós que tentaram fazer com que nossas vozes fossem ouvidas percebem que a OMS NÃO responde, eles NÃO respondem aos membros do público em geral. Eles estão interessados apenas nas contribuições do que são considerados “partes interessadas relevantes”, que são organizações e fundações com muito dinheiro, muitas das quais doam para a OMS e, na verdade, financiam e, portanto, controlam suas atividades. É isso que lhes dá um

lugar na mesa de negociações e uma voz nessas negociações. A pessoa média é completamente excluída e considerada como não tendo e não oferecendo nenhum valor para as pessoas que estão negociando, supostamente em nome do povo de suas nações.

---

52. Delegados desconhecidos e inexplicáveis

A maioria das pessoas não tem ideia de quem são seus delegados na OMS. Eles não têm ideia de quem pode estar fingindo representá-los perante a OMS. A maioria das pessoas no mundo nem sabe que a Assembleia Mundial da Saúde existe e que a 76ª reunião ocorrerá no final de maio de 2023.

---

53. O processo de negociação foi sequestrado pelo IHRRC

Na 75ª reunião em maio de 2022, a Assembleia Mundial da Saúde concordou em criar um Grupo de Trabalho para considerar emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR). Eles agendaram uma reunião inicial do WGIHR para meados de novembro de 2022, mas o processo de negociação foi sequestrado pela OMS no início de outubro. A OMS criou um Comitê de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (IHRRC) que assumiu o trabalho que deveria estar diretamente sob o controle da Secretaria do WGIHR. O IHRRC jura sigilo e confidencialidade e responde apenas ao Diretor Geral. O IHRRC foi reunido no início de outubro e se reuniu várias vezes em reuniões secretas de uma semana para negociar e elaborar o documento que planeja enviar à OMS para consideração na 76ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2023.

Estes são oligarcas e tecnocratas que estão fazendo regras para dar mais poder, autoridade e dinheiro aos oligarcas e tecnocratas.

A autoridade do WGIHR sobre este processo parece ter sido usurpada pelo IHRRC. No final de 2022, o WGIHR não forneceu nenhuma visão sobre sua

próxima programação e não planejou nenhum meio pelo qual o público pudesse comentar essas negociações para alterar o Regulamento Sanitário Internacional. Parece que todo o processo de negociação foi sequestrado por um grupo de 18 “especialistas” escolhidos a dedo para fazer a licitação do ditador geral da Organização Mundial da Hipocrisia.

Todo o processo viola um dos princípios fundamentais do Preâmbulo da Constituição da OMS que afirma:

“Opinião informada e cooperação ativa por parte do público são de extrema importância na melhoria da saúde das pessoas.”

---

54. Terminologia indefinida

Em relação às próprias emendas propostas, o WGIHR e o IHRRC criaram um jargão próprio que se recusam a definir legalmente. Dezenas de palavras e frases indefinidas são usadas ao longo das emendas propostas e, uma vez que não são definidas, podem ser propositadamente deturpadas e habilmente reinterpretadas à vontade.

Termos indefinidos:

1. Avaliação e Critérios de Risco
2. Produtos Assistivos
3. Mecanismo de Repartição de Benefícios
4. Responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades
5. Elementos de Conflito e Violência
6. **Estados Partes Desenvolvidos**
7. **Estados Partes em Desenvolvimento**
8. **Capital próprio**
9. Informações do evento [Web]Site
10. Partilha justa e equitativa de benefícios
11. Dados de Sequência Genética

12. Dados de Sequência do Genoma
13. Orientação
14. **Inclusão**
15. Avaliação Externa Conjunta
16. Autoridade Nacional Competente do RSI
17. Ponto Focal Nacional do RSI
18. Atores não estatais (é necessária uma lista oficial)
19. **Pandemia**
20. Potencial para se tornar um PHEIC
21. **Preparação**
22. **Prevenção**
23. Intervenções de Saúde Pública
24. **Recuperação**
25. **Resposta**
26. Riscos com potencial para impactar a saúde pública
27. **Solidariedade**
28. Revisão Periódica Universal de Saúde
29. **Vacina**

Sem definições legais adequadas, essas palavras podem ser interpretadas e reinterpretadas à vontade para significar o que eles querem que elas signifiquem.

---

55. Hipocrisia

Depois de rejeitar vários agentes terapêuticos naturais e baratos devido a falsas alegações de falta de estudos revisados por pares, o WGIHR e o IHRRC continuam a não apreciar a ironia de estarem negociando emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional, supostamente para melhorar a prevenção de pandemias , preparação, resposta e recuperação, e eles falharam em fornecer um único estudo duplo-cego, controlado por placebo, revisado por pares para respaldar qualquer uma de suas muitas recomendações. Eles claramente NÃO estão cumprindo seu suposto “padrão ouro”.

56. Falha fatal nº 1 - NÃO há critérios válidos para medir a preparação

Vou comentar apenas uma das várias dezenas de termos indefinidos, que é a frase "avaliação e critérios de risco". Durante a primeira Conferência Focada Informal, o moderador da OMS pediu a vários especialistas que explicassem quais métricas poderiam ser usadas para determinar a preparação de uma nação e, assim, dar-lhes a capacidade de prevenir e/ou responder a uma ESPII. Os especialistas afirmaram claramente que nenhuma métrica, avaliação ou critério de risco foi mostrada para determinar com precisão se uma nação pode ou não ter certeza de que está adequadamente preparada para a próxima pandemia.

Ignorando o fato de que a própria palavra pandemia não é legalmente definida, o ponto é o seguinte: todo o processo de elaboração de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional para "estar melhor preparado para prevenir e responder à próxima pandemia" é um exercício inútil porque NINGUÉM SABE MEDIR PREPARAÇÃO! Os próprios especialistas da OMS o expressaram nas seguintes palavras, e passo a citar:

"Devemos a nós mesmos não continuar a confiar neles de forma dogmática até permitir que as análises científicas gerem um novo conjunto de medições. É um tema que acho que tem sido marginalizado, mas é muito importante."

A OMS pretende negociar emendas juridicamente vinculativas ao Regulamento Sanitário Internacional para melhorar a capacidade de prevenir e se preparar para a próxima pandemia, e NÃO FAZEM IDÉIA de como medir as metas que dizem estar tentando alcançar.

---

57. Falha fatal nº 2: a soberania nacional de todas as nações entra em conflito direto com a tentativa de tomada de poder da OMS

Muitas das emendas propostas devem ser consideradas nulas porque conflitam diretamente com o princípio número 4 do Artigo 3, que afirma claramente o seguinte:

"Os Estados têm, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de legislar e implementar a legislação de acordo com suas políticas de saúde."

Os estados soberanos não podem ser comandados por recomendações que tenham tentado ser convertidas em comandos ou ordens pelo Comitê de Cumprimento, pelos Regulamentos do Comitê de Emergência ou pelas proclamações encontradas no Artigo 44, Anexo 1 ou Anexo 10 ou por uma mudança na terminologia no Artigo 1º, que procura transformar as recomendações não vinculativas em "Obrigações do Dever de Cooperar" juridicamente vinculativas.

Isso torna o Regulamento Sanitário Internacional autocontraditório e os tornaria nulos e sem efeito. A OMS procura fazer com que os países membros entreguem à OMS seu direito de controle soberano sobre seus próprios sistemas de saúde pública. Isso é motivo suficiente para #StopTheAmendments e #ExitTheWHO.

---

58. Não há como cancelar ou encerrar uma emergência declarada

Da mesma forma que o Diretor-Geral é livre para declarar uma emergência, mesmo contra o conselho de seu próprio Comitê de Emergência especializado, com essencialmente nenhum dado válido, o problema oposto de ser incapaz de pôr fim a uma emergência já declarada também está sob o controle exclusivo do ditador geral. Atualmente, não há como nós, o povo, insistirmos para que uma emergência seja encerrada.

---

59. O Mecanismo de Financiamento Proposto é redundante com o Fundo Pandêmico do Banco Mundial

Embora o Fundo Pandêmico do Banco Mundial seja tão falho quanto os mecanismos de financiamento mal definidos propostos tanto pelo Tratado Pandêmico proposto quanto pelas emendas propostas ao Regulamento Sanitário Internacional, o Fundo Pandêmico do Banco Mundial está atualmente em vigor e começará a servir como um mecanismo que podem ser estudados para ver se os benefícios esperados podem surgir dos muitos bilhões de dólares que planejam gastar. Pensar em desperdiçar incontáveis dezenas de bilhões de dólares antes que o projeto-piloto conduzido pelo Banco Mundial tenha uma chance de sucesso ou fracasso é ridículo. O Fundo Pandêmico do Banco Mundial teve grande dificuldade em levantar o dinheiro que esperava. Acreditar que os fundos associados ao tratado proposto e às emendas serão recebidos de forma mais favorável é pura tolice.

---

60. Gastar dezenas de bilhões de dólares desvia esse dinheiro de coisas que as pessoas estão realmente sofrendo

Gastar bilhões de dólares em itens e pessoal que atualmente não estão definidos pelas emendas propostas pode e deve ser gasto em questões relacionadas à saúde que podem realmente ter um impacto sobre as pessoas que sofrem de uma ampla gama de doenças. Gastar dinheiro para tentar prevenir ou se preparar para um evento que pode nunca acontecer, e mesmo que aconteça, provavelmente será muito diferente do que pode ter sido planejado, é simplesmente improbidade burocrática.

PARTE V: As emendas propostas estão absolutamente ignorando muitas das coisas que realmente deveriam e precisam ser tratadas.

---

61. A importância da saúde individual sobre os sistemas de saúde pública

Apoiar os Sistemas Públicos de Saúde associados ao Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar não é nem de longe o mesmo que apoiar a saúde das pessoas individualmente. A OMS parece ter esquecido que o bem de qualquer povo é a soma total dos benefícios usufruídos por cada indivíduo. Os direitos humanos inalienáveis de cada indivíduo, sua soberania pessoal e sua autonomia corporal, substituem os privilégios de todas e quaisquer organizações internacionais, nações, estados, províncias, cidades ou outros grupos que derivam sua existência de Nós, os Povos Individuais do Mundo.

---

62. Falha ao explicar o desaparecimento mágico do Influenza

A OMS parece estar completamente perdida para explicar como e por que a gripe desapareceu magicamente das estatísticas de saúde nos últimos anos.

---

63. Falha no isolamento do vírus

A OMS continua negando absolutamente o fato de que ninguém jamais forneceu evidências reais da existência do suposto vírus que recebeu o nome de SARS-CoV-2 e suas muitas supostas variantes. Embora centenas de Solicitações de Liberdade de Informação para tais evidências de todo o mundo tenham sido enviadas, ninguém parece ter sido capaz de isolá-lo adequadamente e fornecer evidências de que o fez.

---

64. Falha em provar a causalidade por meio dos Postulados de Koch

A OMS também continua a ignorar o fato fundamental de que o SARS-CoV-2 nunca foi submetido ao escrutínio exigido pelos Postulados de Koch para

determinar se é ou não o fator causal na coleção de sintomas EXTREMAMENTE comuns que passaram a ser conhecido como COVID-19. O SARS-CoV-2 não demonstrou ser a única causa dos sintomas associados ao COVID-19, o que resultou em diagnósticos incorretos generalizados, com um grande número de resultados falsos positivos de RT-PCR.

---

65. Duas semanas para achatar a curva foi um fracasso absoluto

A OMS nega totalmente que o conceito de "duas semanas para achatar a curva seja uma mentira e que os bloqueios que resultaram dessa mentira falharam em impedir a propagação do que quer que esteja causando a doença conhecida como COVID-19.

---

66. Bloqueios, toque de recolher, restrições de viagem

A OMS ainda não admite que bloqueios, quarentenas, toques de recolher, restrições de viagens, distanciamento social e uso de máscaras serviram apenas para desencadear uma grave devastação econômica e causar uma enorme catástrofe de saúde mental. Eles ainda se recusam a reconhecer que inúmeros estudos mostraram que essas ações falharam miseravelmente e nunca demonstraram reduzir a propagação de um patógeno respiratório.

---

67. Usar RT-PCR para diagnosticar doenças é fraudulento

A OMS continua promovendo a mentira e fingindo determinar casos de uma doença via RT-PCR que NÃO traz nenhum benefício para melhorar a saúde das pessoas. Usar RT-PCR claramente NÃO é uma forma válida de diagnosticar doenças. Tudo o que ele faz é gerar uma grande porcentagem de falsos positivos que simplesmente desperdiçam recursos em pessoas assintomáticas que, na verdade, são mais apropriadamente descritas como saudáveis. Gerar um grande

número de “casos” falsos diagnosticados indevidamente serve apenas para auxiliar o fomento do medo que leva à alimentação do Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar. O uso do RT-PCR deve ser admitido como a fraude que sempre foi desde o início.

---

68. Tratamento Precoce

A OMS ainda parece acreditar que a detecção precoce e imprecisa da doença via RT-PCR, seguida de bloqueios, quarentenas e uso de máscaras, é de alguma forma uma estratégia melhor para evitar que surtos se espalhem em pandemias do que o tratamento precoce e eficaz com medicamentos essenciais de décadas que exibiram uma longa história de segurança e eficácia em combinação com vitaminas, minerais, ervas e boa nutrição.

A OMS continua falhando em reconhecer que a culpa pela morte de milhões de pessoas deve ser colocada diretamente sobre as inúmeras autoridades de saúde em todo o mundo que insistiram que os médicos da linha de frente seguissem protocolos de tratamento patéticos que impediam o uso de tratamentos precoces e eficazes. Milhões de pessoas morreram porque seus médicos foram instruídos a dizer-lhes que “nada poderia ser feito” e, infelizmente, essa situação ainda existe.

A OMS parece ignorar completamente o fato de que o tratamento precoce inteligente com medicamentos essenciais e substâncias naturais que foram fornecidos por profissionais de saúde sábios e experientes em todo o mundo foram muito mais bem-sucedidos em prevenir hospitalizações e mortes do que o patético funcionário protocolo de não fazer nada, tomar um Tylenol e ir para a sala de emergência se ficar muito ruim para que possamos colocá-lo em coma induzido por drogas para controlar mecanicamente sua respiração com um ventilador e dar-lhe Medazolam para que você possa ter um “ boa morte.”

---

69. Nutrição

A OMS continua a não reconhecer os benefícios do tratamento com vitaminas e minerais como as vitaminas C e D e o mineral zinco. Não há lucro a ser obtido pelo Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar na utilização desses ingredientes naturais comprovados, e é ISSO que explica claramente por que eles não foram usados.

---

70. Medicamentos Essenciais

A OMS continua a não reconhecer os benefícios de medicamentos essenciais reaproveitados, como hidroxicloroquina e ivermectina. Cada pessoa que contribuiu para restringir o uso desses medicamentos essenciais para salvar vidas é um criminoso e deve ser acusado de assassinato em massa.

---

71. Medicamentos perigosos autorizados e aprovados

A OMS continua falhando em lidar com os efeitos colaterais mortais de medicamentos aprovados e autorizados, como remdesivir e medazolam , que contribuíram para insuficiência renal e morte em milhares de indivíduos. O uso contínuo dessas drogas deve ser investigado para determinar sua verdadeira relação risco/benefício.

---

72. Ventiladores são mortais

A OMS continua a negar que os ventiladores e os medicamentos administrados como parte do protocolo do ventilador tenham realmente causado a morte de milhares de vítimas inocentes de assassinato médico.

---

73. Sequência genética in silico usada para injeções de mRNA

A OMS ainda prefere ignorar o fato inegável de que a sequência genética supostamente usada para criar as injeções de mRNA foi claramente criada in silico (em um computador) e não é uma sequência natural. Se uma proteína spike é produzida no corpo humano devido ao mRNA encontrado nas injeções, então é claramente uma arma biológica não natural, feita pelo homem.

---

74. Falha na Garantia de Qualidade

A OMS falhou miseravelmente em garantir que o teste de garantia de qualidade fosse feito para garantir a pureza dos ingredientes nas vacinas que foram injetadas em bilhões de pessoas. No passado, se qualquer outro produto apresentasse os níveis de contaminação relatados por muitos pesquisadores ou exibisse a completa ausência do suposto ingrediente ativo, tais produtos rotulados incorretamente poderiam, deveriam e teriam sido retirados do mercado imediatamente.

---

75. Equidade de Vacinas

A OMS ainda parece acreditar que a equidade na produção e distribuição de drogas venenosas e injeções mortais é mais importante do que focar em protocolos de tratamento que realmente salvam vidas. Claramente, eles acreditam que a equidade tem a ver com riqueza, não com saúde.

---

76. As chamadas “vacinas” simplesmente NÃO são eficazes.

A OMS ainda falha em reconhecer que as armas biológicas de terapia genética COVID-19 falharam miseravelmente em seus objetivos declarados. Vários bilhões de pessoas receberam múltiplas injeções e, no entanto, a COVID-19 está disseminada em todo o mundo, especialmente nas pessoas que receberam mais vacinas. A OMS se recusa a admitir que as chamadas “vacinas” COVID-19

foram usadas às pressas e nunca se mostraram eficazes. Eles nunca foram estudados nem demonstraram reduzir a transmissão de qualquer vírus. Estatísticas de todo o mundo mostraram que aqueles que foram espetados NÃO estão absolutamente protegidos de serem diagnosticados com COVID-19. Quão grande falha isso precisa se tornar antes que a OMS reconheça e admita que cometeu um erro gigantesco?

---

77. As chamadas "vacinas" NÃO SÃO absolutamente seguras

O que será necessário para a OMS perceber e admitir que as vacinas estão danificando o sistema imunológico das pessoas e, na verdade, tornando a situação muito pior do que era? A OMS se recusa a admitir que as chamadas "vacinas" COVID-19 foram usadas às pressas e nunca se mostraram seguras. A falta de testes de segurança em mulheres grávidas é uma violação extremamente flagrante dos padrões éticos mais básicos dos cuidados de saúde.

Qualquer um que afirme que essas injeções são "seguras" está cometendo um crime contra a humanidade e deve ser acusado de cúmplice de assassinato em massa.

---

78. Morte, Incapacidade e Doença

A OMS nega completamente os muitos milhares de pessoas que foram mortas por essas injeções ou que sofreram graves incapacidades, ataques cardíacos, derrames, miocardite, pericardite, cânceres turbinados, paralisia de Bell e inúmeras outras reações adversas às injeções. A OMS ignora as dezenas de milhares de pessoas que sofreram danos no sistema imunológico, problemas cardiovasculares, hepáticos, renais e nervosos e outros danos sistêmicos devido aos efeitos tóxicos das injeções mal testadas. Os ferimentos sofridos por essas pessoas ao redor do mundo são reais, não raros.

---

79. Causas Fraudulentas de Morte Listadas em Certidões de Óbito

A OMS parece negar completamente que a prática contínua de alegar que as pessoas que morreram com um teste RT-PCR positivo, mas cujas mortes foram na verdade devidas a uma ampla variedade de outras causas, ainda devem ser contadas como mortes por COVID-19 é, na verdade, uma forma de fraude da qual muitas pessoas estão cientes. A OMS se recusa a examinar o fato de que, embora muitas pessoas tenham morrido, as razões por trás das causas de suas mortes são extremamente obscuras e multifacetadas e não podem ser atribuídas com segurança ao COVID-19

---

80. O Encobrimento dos Fatos e a Propensão para Atacar os Mensageiros

A OMS parece ser muito a favor de censurar aqueles que procuram expor a verdade para evitar responsabilizar a si mesmos e a outros funcionários pela devastação financeira, angústia mental, danos físicos e mortes incalculáveis que causaram por seu exagero, sua inépcia e seu desejo covarde de poder e controle. A censura NÃO é uma solução para o fracasso catastrófico que todos testemunhamos nos últimos 3 anos.

PARTE VI: As emendas propostas atropelariam nossos direitos e restringiriam nossas liberdades.

---

81. O direito inalienável à privacidade

Todas as pessoas têm um direito absoluto e inalienável à privacidade de suas informações pessoais, incluindo dados relacionados à saúde. Todo ser humano

individual tem o direito inalienável de estar livre de qualquer exigência de ter ou apresentar qualquer “passaporte de vacina”, “identificação digital” ou “certificado de saúde” de qualquer tipo, seja em formato impresso, digital ou qualquer outro.

---

82. O direito inalienável de expressar suas opiniões

Todo ser humano individual deve sempre ser livre para expressar plenamente sua própria opinião pessoal, livre de qualquer ameaça de retaliação. Somente o livre debate de opiniões diferentes e concorrentes pode proporcionar um ambiente de tomada de decisão informada por cada país, estado, município, comunidade, família e indivíduo. Cada indivíduo tem o direito de expressar publicamente sua própria opinião sobre a eficácia, ou falta dela, de qualquer política ou tratamento relacionado à saúde em forma falada e/ou escrita. A experiência de cada pessoa é uma observação científica valiosa e NÃO deve ser censurada.

À medida que mais livre debate e livre expressão de ideias, fatos e dados forem permitidos, cada nível da sociedade será mais capaz de decidir por si mesmo quais são as melhores intervenções a serem recomendadas para o controle e manejo de qualquer doença. Qualquer forma de supressão do debate público livre é estritamente proibida. A promoção do debate público de pontos de vista concorrentes e o acesso da população a esse debate, bem como o diálogo pessoal entre doentes e médicos, permitirão a cada indivíduo e família estar suficientemente informados para fazerem as suas próprias escolhas e decisões sobre a sua saúde, sob o princípio da dissidência informada. Nenhum comportamento uniforme de toda a sociedade pode ser exigido e a autonomia e o livre arbítrio de cada indivíduo devem ser protegidos.

---

83. O direito inalienável de fornecer informações sobre prevenção e cura

Todo ser humano individual tem o direito inalienável de fornecer informações dirigidas por sua experiência e sabedoria, livres de mandato executivo, imposição burocrática, pressão ou coerção. Todas as pessoas têm o direito inalienável de optar por ignorar ou agir com base nas informações que recebem, livres de qualquer forma de censura ou coerção.

---

84. O direito inalienável de escolher o tratamento

Cada ser humano deve sempre ser livre para usar quaisquer intervenções de tratamento preventivo e/ou terapêutico que considere ser a melhor escolha para si. Isso pode incluir estratégias como mudanças no estilo de vida, alimentos como remédios, vitaminas, minerais, suplementos naturais e medicamentos essenciais reaproveitados que foram aprovados anteriormente para outras doenças e têm um longo histórico de segurança. Reter qualquer uma dessas estratégias opcionais é uma violação do direito inalienável de escolha de um indivíduo. As decisões de cuidados de saúde devem ser tomadas com base na escolha do indivíduo, não por ditames burocráticos do governo, acadêmicos, hospitais, clínicas, médicos ou "especialistas em saúde pública".

---

85. O direito inalienável de recusar tratamento

Cada ser humano individual deve sempre manter o direito inalienável de recusar qualquer intervenção recomendada por qualquer instituição, a Organização Mundial da Saúde, governos em todos os níveis, associações médicas, hospitais ou prestadores de cuidados de saúde. Cada indivíduo deve estar no controle da decisão final de utilizar todos e quaisquer tratamentos, medicamentos e nutrição relacionados à saúde, conforme eles próprios considerem necessários para melhorar e/ou manter sua saúde. O direito de dissidência informada dos pacientes sempre será colocado acima de quaisquer interesses políticos ou tomada de decisão centralizada por qualquer governo ou agência de saúde.

---

86. O direito inalienável de viajar livremente pelo planeta

Todo ser humano individual tem o direito inalienável de se movimentar pelo planeta e esse direito NÃO pode depender de requisitos de saúde, exames ou tratamento . Cada indivíduo tem o direito de viajar, livre de quaisquer bloqueios, quarentenas, requisitos de vacinas, passaportes de vacinas, identidades digitais, mandatos de máscara, distanciamento social ou qualquer outra tentativa de impedir sua liberdade de reunião ou movimento.

---

87. Os direitos inalienáveis dos pais de proteger os direitos inalienáveis de seus filhos

Todos os pais têm o direito inalienável e a obrigação solene de zelar pela defesa de todos os direitos inalienáveis de seus filhos. Nenhum governo ou qualquer outra organização tem o direito de impedir qualquer pai ou mãe de defender os direitos inalienáveis de seus filhos.

---

88. O direito inalienável de estar com a família e amigos

Todo ser humano individual tem o direito de visitar familiares e amigos que possam estar sofrendo de uma doença, a fim de fornecer-lhes o amor e o apoio emocional de que precisam, em qualquer ambiente, incluindo, mas não limitado a, casa, clínicas ou hospitais. A liberdade de reunião NÃO deve ser negada.

---

89. O direito inalienável de não ser discriminado

Cada ser humano individual tem o direito de ser livre de discriminação baseada em qualquer exigência de qualquer pessoa para se submeter a qualquer forma de procedimento médico, incluindo testes. A discriminação baseada em escolhas pessoais de saúde é absolutamente inaceitável em matéria de emprego ou educação, no acesso a instituições públicas e privadas, organizações, empresas

privadas ou em outros locais ou em relação a qualquer outro assunto. A discriminação com base na condição médica é errada e NÃO deve ser permitida de nenhuma forma.

---

90. NÃO pode haver derrogação de direitos durante uma emergência declarada

Todo governo, toda corporação, toda organização e todo ser humano individual deve respeitar e honrar os direitos inalienáveis de todos, apesar de qualquer declaração de "estado de emergência" por qualquer pessoa. Os governos NÃO têm autoridade para suspender os direitos humanos por causa das chamadas "emergências". A declaração de "emergência" não dá a ninguém o direito de infringir os direitos humanos inalienáveis de outrem. Todo ser humano individual tem o direito de negar seu consentimento e recusar tratamento ou intervenção de qualquer tipo, a qualquer momento, independentemente de haver ou não uma "emergência" declarada. Independentemente do escopo e/ou gravidade de qualquer surto de doença ou pandemia real, os direitos humanos permanecem inalienáveis e não podem ser abreviados.

ExitTheWHO

PARTE VII: As dez principais razões pelas quais todas as nações da Terra devem #ExitTheWHO

---

91. A OMS está claramente tentando uma tomada de poder

A OMS está descaradamente buscando aumentar seu poder, buscando um "Tratado Pandêmico" juridicamente vinculativo e propostas de emendas ao Regulamento Sanitário Internacional. A OMS procura transformar suas

recomendações em ordens e controle juridicamente vinculativos. A OMS pretende que os 194 países membros entreguem sua soberania à OMS. Isso NÃO deve acontecer.

---

92. Conflitos de interesses e corrupção atormentam a OMS há décadas

A OMS está infiltrada por Big Pharma, Big Money e Big Foundations e foi corrompida por doações financeiras de corporações e organizações não governamentais que têm influência indevida sobre as políticas da OMS de maneiras que beneficiam as corporações e as organizações por meio de lavagem de dinheiro e esquema de tráfico de influência de proporções gigantescas. A OMS segue os ditames de suas chamadas "partes interessadas relevantes", ignorando as necessidades e desejos de "Nós, o povo". A arquitetura global de saúde proposta pela OMS está muito mais próxima de um sindicato do crime organizado do que de qualquer coisa que se assemelhe à saúde pública

---

93. A OMS está atormentada com a loucura das vacinas

A OMS é influenciada por fabricantes de vacinas e promotores de vacinas, como GAVI e Bill Gates. A OMS claramente perdeu de vista seu propósito central de promover a saúde e superenfatizou o uso de "vacinas" que foram recentemente trocadas e convertidas em tratamentos de terapia genética que não melhoraram a saúde, mas na verdade degradaram a saúde geral de bilhões de pessoas. pessoas ao redor do mundo. As melhores práticas voltadas para a melhoria da saúde já estão sendo ignoradas em favor de ações que visam, em última instância, o lucro do Complexo Industrial Farmacêutico de Emergência Hospitalar.

---

94. Pare a Expansão da Burocracia e do Desperdício

A OMS é dominada por burocratas e tecnocratas que estão em dívida com a Big Pharma e não são profissionais de saúde experientes que se dedicam a cuidar dos pacientes e realmente ajudá-los a manter e melhorar sua saúde. A OMS desperdiça enormes quantias de dinheiro em salários para sua equipe inchada e permitiu que as despesas de viagem aumentassem a tal ponto que os programas reais relacionados à saúde são cronicamente subfinanciados.

---

95. A OMS tem se engajado continuamente na disseminação do medo

A OMS soou o alarme e desperdiçou tempo, esforço e dinheiro declarando falsas Emergências de Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEICs) e agora está tentando aumentar essa atividade ao poder declarar Emergências de Saúde Pública de Interesse Regional (PHERC) e alertas de saúde intermediários. A propagação do medo tem que parar, e a única maneira de garantir que isso aconteça é que cada nação #ExitTheWHO e ignore suas recomendações.

---

96. As recomendações da OMS foram horríveis

A OMS fez recomendações horríveis e corruptas em apoio ao uso expandido de drogas farmacêuticas, como opiáceos, e elas foram realmente responsáveis por incontáveis milhões de mortes desnecessárias. Transformar suas recomendações em obrigações juridicamente vinculativas seria um erro de proporções épicas.

---

97. A OMS segue um falso modelo de saúde

A OMS é excessivamente dependente da prática petroquímica da medicina alopática, que é projetada para alterar e mascarar os sintomas com produtos químicos, em vez de realmente melhorar a saúde. A OMS não oferece um fórum

para discussão ou debate clínico e científico e claramente marginaliza as modalidades de cura natural.

---

98. Falta de vontade de aprender com os erros do passado

A OMS demonstrou repetidamente que é absolutamente relutante e incapaz de aprender com seus erros e está destinada a continuar desperdiçando dinheiro enquanto fornece conselhos horríveis com base na influência corrupta da Big Pharma.

---

99. Os delegados da OMS são irresponsáveis, fora de contato, operam em segredo e carecem de transparência

Os delegados da Assembleia Mundial da Saúde não são eleitos, não prestam contas, são desconhecidos das pessoas que pretendem representar e estão completamente fora de contato com as necessidades e desejos das pessoas de suas respectivas nações. Muito do que é feito pela OMS permanece oculto. O que sabemos é horrível. O que não sabemos pode ser monstruoso.

---

100. A OMS NÃO TEM QUALQUER AUTORIDADE SOBRE NÓS, O POVO

Na maior parte, a Organização Mundial da Saúde tem sido uma organização consultiva. Sua tentativa de expandir o escopo de sua autoridade deve ser vista pelo que é: uma TOMADA DE PODER mundial projetada para estabelecer um corpo governante mundial que não é eleito e não presta contas ao povo.

Nós, o Povo, nunca devemos permitir que a autoridade seja entregue a qualquer organização sem exigir responsabilidade.

Nunca devemos permitir que organizações gastem bilhões de dólares sem total transparência.

Devemos insistir que cada nação na terra #ExitTheWHO para traçar seu próprio curso.

Nós, as pessoas do mundo, devemos nos unir e defender nossos direitos, nossas liberdades e nossa dignidade. Devemos…

StopTheTreaty

StopTheAmendments

e

ExitTheWHO